

Nos termos dos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, convida-se V. Exa. a apresentar proposta para o **Projeto design interiores e equipamento para Casa de Aboadela (Centro BTT)**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na PARTE II do Caderno de Encargos, em anexo.

1 - Entidade adjudicante: Câmara Municipal de Amarante, NIF 501102752, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, com sede na Alameda Teixeira de Pascoes, 4600-011, Amarante, geral@cm-amarante.pt / www.cm-amarante.pt.

2 - Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.

3 - Tipo de procedimento: Consulta prévia nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

4 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o Modelo constante do Anexo I, ao presente convite do procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;
- b) Proposta de preço (IVA excluído), deverá ser elaborada de acordo com as cláusulas técnicas, onde deve constar valores unitários e global.
- c) Cópia da Certidão Permanente, sendo a sua apresentação de caráter obrigatório.
- d) Declaração de inexistência de impedimentos, que consta do presente convite, sendo a sua apresentação de caráter obrigatório, sob pena de exclusão;

4.1 - Os documentos apresentados devem ser assinados pelo representante legal do Concorrente, ou por Procurador com poderes para o obrigar.

4.2 - Sempre que a assinatura dos documentos seja realizada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira expressamente a este último poderes para o efeito, reconhecida e certificada por entidade com poderes para tal.

5 - Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, n.º 1 do artigo 58.º do CCP.

6 - Prazo para apresentação da proposta: Até às 23h59m do **10.º dia** a contar da data da publicação do procedimento na plataforma acingov.

7 - Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham devem, nos termos do art.º 62.º do Código dos Contratos Públicos, ser enviados através da plataforma eletrónica para www.acingov.pt.

7.1 - Os Concorrentes deverão assinar eletronicamente, e de forma individualizada, todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7.2 - Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

8 - Não é permitida apresentação de propostas variantes.

9 - Critério de adjudicação: O da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a modalidade de mais baixo **preço**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, considerando que as características definidas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos se encontram suficientemente precisas e explícitas.

10 - O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é a elaboração de sorteio a realizar em data e hora a indicar e após a convocação expressa dos concorrentes.

11 - Caução: Não é exigível a prestação de caução.

12 - Prazo para apresentação de documentos: O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 86º do CCP, fixa-se em **2 dias** o prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

13 - As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade para o presente procedimento é de **35.000,00 euros (trinta e cinco mil euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

15 - Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;

b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;

c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do diploma Lei 89/2017 de 21 de agosto.

16 - Anexa-se Caderno de Encargos.

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Declaração de inexistência de impedimentos)

....., titular do CC n.º, NIF, residente, na qualidade de representante de, número de identificação fiscal, com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação procedimento).....

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime, assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

...(local), de (dia) de (mês) (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)